

Ferramentas tecnológicas e modernização da administração da justiça(1)

Autora: Vera Lúcia Feil Ponciano

Juíza Federal

Publicado na Edição 20 - 29.10.2007

Sumário: Introdução. 1 Acesso à justiça, duração razoável do processo e morosidade da justiça. 2 A necessidade de modernização do Poder Judiciário. 3 A legislação e as novas tecnologias no âmbito judicial. 4 A Internet e a modernização da administração da justiça. 5 As ferramentas tecnológicas e os serviços disponibilizados. Conclusão. Referências bibliográficas.

Resumo: Aborda o direito de acesso à justiça e o direito à razoável duração do processo, em confronto com a morosidade da atividade judiciária e a necessidade de modernização da administração do Poder Judiciário mediante o uso de tecnologias disponíveis. Analisa a legislação correlata e as principais ferramentas tecnológicas utilizadas pelo Poder Judiciário, identificando os serviços decorrentes. Aborda as contribuições alcançadas visando à celeridade da prestação jurisdicional.

Introdução

Na área da ciência e da tecnologia, o século passado, sobretudo após a II Guerra Mundial, foi marcado por um progresso sem precedentes na história da humanidade, em virtude de novas descobertas científicas e do surgimento de inovações tecnológicas, todas destinadas a proporcionar, em tese, mais satisfação e qualidade de vida ao ser humano. Esse progresso proporcionou um mundo cada vez mais dinâmico, no qual as relações comerciais se desenvolvem de modo célere e em tempo real, pois atualmente é possível enviar informações de uma parte a outra do planeta de forma instantânea, o que antes demandava tempo e custos.

Na área do direito, a revolução, a partir do mesmo período, ficou por conta do reconhecimento dos direitos humanos em nível internacional pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10.12.1948; pelos demais tratados e convenções posteriores; pela inclusão de novos direitos na Constituição de vários países ocidentais, o que levou Norberto Bobbio a qualificar a era após a II Grande Guerra como a Era dos Direitos.(2)

A Constituição Federal de 1988 não ignorou essas transformações, contribuindo para a democratização do país e para o surgimento de uma sociedade mais consciente e preocupada com as questões da cidadania e com o acesso à justiça.

Não obstante a rapidez com que as relações sociais e comerciais se desenvolvem atualmente e o reconhecimento no plano lógico-formal de vários direitos, ainda no Brasil observa-se a morosidade na prestação jurisdicional, problema que se tornou alvo de grande preocupação nacional, porquanto é inconcebível que o Poder Judiciário mantenha uma estrutura arcaica, burocrática e alheia às novas tecnologias.

A sociedade atual exige que o Poder Judiciário brasileiro acompanhe a dinâmica do mundo moderno, a fim de atender às necessidades sociais emergentes numa nova ordem democrática, considerando sua função social e a importância da justiça no Estado contemporâneo. Assim, não apenas deve ser ampliado o acesso à justiça, como também o processo deve ser célere para que a justiça seja prestada em tempo razoável.

Para que seja atingido esse objetivo, ao lado das reformas processuais introduzidas pelas leis e de outras mudanças necessárias, é preciso que o Poder Judiciário invista na modernização de sua gestão, incorporando aos seus serviços as ferramentas tecnológicas disponíveis no mercado, com a finalidade de alcançar agilidade e eficiência na prestação jurisdicional.

O escopo deste trabalho é divulgar os serviços prestados em alguns órgãos do Judiciário mediante o uso das ferramentas tecnológicas existentes, para que os outros órgãos judiciais possam avaliar as experiências bem sucedidas, uma vez que o intercâmbio de relações nessa área é muito importante para que o Judiciário cumpra sua função social.

Entre os serviços prestados na atividade judiciária relacionados à informática e à Internet que serão analisados adiante, podemos destacar os seguintes: páginas eletrônicas; comunicação eletrônica dos atos processuais; disponibilidade de inteiro teor de acórdãos, sentenças e decisões na Internet; diário da justiça eletrônico; consulta do andamento processual na Internet; envio de petições por correio eletrônico; GEDPRO – Gestão Eletrônica de Documentos Processuais; acesso pelo magistrado das Declarações de Bens e Direitos no sítio da Receita Federal; Sistema BACEN-JUD; processo eletrônico (e-proc); sistema eletrônico de requisições de pagamento; Sistema de Recurso Extraordinário Eletrônico; SUP – Sistema Único de Protocolo.

1 Acesso à justiça, duração razoável do processo e morosidade da justiça

O acesso à justiça é direito social fundamental (CF, art. 5º, inc. XXXV). A preocupação com esse direito ganhou relevância a partir do advento da Constituição Federal de 1988,(3) pois ela ampliou o rol dos direitos fundamentais, com ênfase especial aos de terceira geração.(4)

Esse progresso no campo jurídico-constitucional brasileiro gerou expectativas crescentes de efetivação daqueles direitos pelo Estado, a fim de garantir-se a igualdade material. Todavia, o Brasil não estava dotado de condições para tanto, motivo pelo qual as expectativas se voltaram para o Poder Judiciário, que passou a ser provocado para garantir os direitos consagrados na atual Lei Fundamental.

Conseqüentemente, surgiram novas formas de conflito e abriu-se caminho para o acesso à justiça de várias demandas sociais até então reprimidas, o que contribuiu para o protagonismo do Judiciário e, conseqüentemente, para o aumento da quantidade de processos,(5) o que se convencionou chamar “explosão de litigiosidade”, que tivera seu marco inicial a partir da década de 70, conforme disserta José Eduardo Faria:(6)

“Por isso, desde que um amplo espectro de movimentos sociais – centros de defesa de direitos humanos, comunidades de base, comissões eclesiais de base, movimentos de minorias, sindicatos, organizações não-governamentais, etc. – emergiu entre os anos 70 e 80 procurando ampliar o acesso dos segmentos marginalizados e pobres da população à Justiça, e o advento da Constituição de 88 propiciou um sem-número de demandas judiciais para o reconhecimento de novos direitos (moradia) e a aplicação de direitos já consagrados (reforma agrária), os tribunais brasileiros passaram a movimentar toneladas de papel e a protocolar, carimbar, rubricar, distribuir, despachar e julgar milhões de ações (Quadro 4)”.

Diante desse quadro, o Judiciário não estava preparado para responder com efetividade a essa explosão de litigiosidade. Assim, ao mesmo tempo em que se evidenciou o protagonismo do Judiciário, cresceu a insatisfação social com esse Poder, pois ele não estava – e ainda não está – dotado de condições para atender a essa crescente demanda, seja na área de recursos humanos(7) , seja na de tecnológicos ou materiais, tanto que a questão da morosidade da prestação jurisdicional(8) vem sendo discutida abertamente pelos três poderes,(9) por todos os operadores do direito e pela sociedade

interessada na busca de uma prestação jurisdicional célere e eficiente.

Nesse novo cenário, exige-se que não seja apenas permitido o ingresso no Judiciário, mas também que o processo seja dinâmico, demorando exatamente o tempo necessário para a sua finalização.

A preocupação com o tempo de duração do processo é mundial. Por exemplo, por meio da emenda datada de 23.11.1999, foi incorporada à Constituição italiana, no artigo 111, a cláusula do giusto processo. As Constituições espanhola de 1978 (art. 24, 2) e portuguesa de 1976 (art. 20º, 4) acolhem, da mesma forma, o direito à celeridade do processo. No Brasil, a Emenda Constitucional nº 45/2004 introduziu o inciso LXXVIII no art. 5º, preconizando que: "LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação".

A busca de solução para o problema da lentidão do sistema judiciário gerou algumas reformas constitucionais e legais.⁽¹⁰⁾ No entanto, elas não têm sido suficientes para resolver o problema da morosidade. Desse modo, a discussão vai além da necessidade de meras reformas constitucionais e legais isoladas. A redução da litigiosidade e a resolução dos conflitos de modo célere e adequado não são possíveis apenas com reformas processuais, motivo pelo qual é preciso pensar também no aspecto da utilização da tecnologia para melhorar a prestação jurisdicional.

Considerando o exposto, pergunta-se: como efetivar o direito de acesso amplo à justiça e à razoável duração do processo? Sem dúvida, a modernização da administração da justiça, mediante utilização de recursos tecnológicos, é indispensável e poderá contribuir para ajudar a solucionar ou minimizar o problema da morosidade na prestação da justiça. Essa necessidade de modernização é o que passamos a analisar.

2 A necessidade de modernização do Poder Judiciário

A necessidade de modernização do Judiciário é premente. Para tanto, o Judiciário precisa demonstrar capacidade de acompanhar as mudanças tecnológicas, de renovar-se e de aperfeiçoar seus procedimentos, acompanhando a evolução que se opera no setor privado. Assim, não pode ficar estático frente ao desenvolvimento tecnológico e à dinâmica inerente à sociedade contemporânea. Sua modernização é imprescindível para que se amplie o acesso à justiça e se preste uma justiça qualificada. Um Judiciário alheio às novas

tecnologias não conseguirá responder às solicitações da realidade social.

Com efeito, é necessária a modernização do Poder Judiciário que já se iniciou, embora não de modo uniforme em toda a justiça brasileira. A plataforma eletrônica, aliada à qualificação dos recursos humanos, poderá tornar-se o instrumento pelo qual se alcançará celeridade e eficiência na prestação jurisdicional, no que se refere, por exemplo, à redução do lapso temporal de recebimento, envio de informações e consultas a outros órgãos, operando-se através de sistemas integrados de base de dados. A utilização das tecnologias viabiliza uma racionalização e facilitação de procedimentos dos serviços judiciários, auxiliando na ampliação do acesso à justiça e à celeridade processual.

Nesse contexto, a instituição como um todo deve adequar seus serviços às ferramentas tecnológicas disponíveis, com o objetivo de responder aos anseios da sociedade por maior celeridade. Para tanto, o Poder Judiciário precisa buscar uma instrumentalização com recursos tecnológicos, materiais e humanos, a fim de que as novas tecnologias possam facilitar o acesso às informações e a reprodução dessas por meio de um processo de recuperação, utilização e divulgação, facilitando a adequada e rápida utilização dos serviços judiciários pelos seus usuários.

Portanto, partindo do pressuposto de que a necessidade de modernização urge e a busca por eficácia e eficiência na prestação jurisdicional exige, cada vez mais, a automação de procedimentos e serviços mediante o uso intensivo de computadores e de redes de dados, bem como considerando a rapidez e a flexibilidade que as redes imprimiram às comunicações, cabe analisar como isso está sendo desenvolvido no âmbito do Poder Judiciário.

3 A legislação e as novas tecnologias no âmbito judicial

Considerando que o Direito não acompanha a mesma dinâmica dos avanços tecnológicos e das relações comerciais, demorando para incorporar ao ordenamento jurídico práticas comuns na esfera privada, ele andou atrás desta no que tange ao uso das novas ferramentas tecnológicas.

Em 1999, quando a Internet era largamente utilizada e havia se tornado popular, surge timidamente a Lei nº 9.800, de 26.04.1999, permitindo às partes a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita, dando ênfase ao uso do fac-símile e fazendo

referência a outro meio similar, porém não obrigando os tribunais a se aparelharem para o sistema.

A utilização desse sistema não interferia no prazo para cumprimento dos atos pelas partes, obrigando que os originais fossem entregues em juízo, necessariamente, até cinco dias da data do término do prazo, ou seja, o sistema previsto era paralelo: o envio do documento por fac-símile ou por meio eletrônico, além de ser facultativo, não substituíam o protocolo do documento em papel. Quanto aos atos não sujeitos a prazo, os originais também deveriam ser entregues até cinco dias da data da recepção do material.

A lei citada ainda previa que: a) os juízes poderiam praticar atos de sua competência à vista de transmissões por fac-símile ou outro meio similar; b) quem fizesse uso de sistema de transmissão se tornaria responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido e por sua entrega ao órgão judiciário; e c) o usuário do sistema era considerado litigante de má-fé se não houvesse perfeita concordância entre o original remetido pelo fac-símile e o original entregue em juízo.

Depreende-se que essa lei representou evolução quanto à recepção de documentos por meio de fac-símile, porém exigindo-se a apresentação dos originais (em papel). O mesmo ocorreria se fosse utilizado o correio eletrônico.

Posteriormente, surgiu a Lei nº 10.259, de 12.07.2001 – Lei dos Juizados Especiais Federais –, cujo art. 8º, § 2º, autorizou que os tribunais organizassem serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico. Com base nesse dispositivo, o TRF4ªR criou o processo eletrônico (e-proc) por meio da Resolução nº 13, de 11.03.2004, da Presidência.

Decorridos quase 08 anos da entrada em vigor da Lei nº 9.800/99, a AJUFE – Associação de Juizes Federais elaborou uma proposta de informatização do Poder Judiciário, que se transformou na Lei nº 11.419, de 19.12.2006, a qual permite o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais (civil,(11) penal e trabalhista, juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição), comunicação de atos e transmissão de peças processuais.(12)

A respeito do assunto, a ministra do STF, Ellen Gracie, em seu discurso de abertura do Ano Judiciário de 2007, em Brasília, disse que a informatização do processo judicial é um dos “divisores de águas na estruturação e na funcionalidade do Poder Judiciário”.

A Lei considera meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais. Transmissão eletrônica, por sua vez, é toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores (art. 1º).

A Lei autoriza o envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico mediante uso de assinatura eletrônica,(13) a qual engloba as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário: a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada (assunto a ser analisado adiante); b) mediante cadastro prévio de usuário no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos (art. 2º).

O credenciamento prévio no órgão deve ser realizado por meio de procedimento no qual se assegure a adequada identificação presencial do interessado (art. 2º, § 1º). Ao credenciado será atribuído registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo, a identificação e a autenticidade de suas comunicações (art. 2º, § 2º). Os órgãos do Poder Judiciário podem criar um cadastro único para o credenciamento (art. 2º, § 3º).

Os atos processuais realizados por meio eletrônico são tidos como praticados no dia e hora do seu envio ao sistema do órgão, sendo fornecido protocolo eletrônico (art. 3º). Em caso de a petição eletrônica ser transmitida para atender prazo processual, é considerada tempestiva se enviada até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia (art. 3º, parágrafo único).

A Lei em comento autoriza a intimação eletrônica das partes pelo Diário da Justiça Eletrônico (ver item 6.7), bem como a comunicação eletrônica entre os órgãos do Poder Judiciário (ver item 6.3). Entretanto, nos casos urgentes em que a intimação possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, v.g., por mandado, conforme determinado pelo juiz (§ 5º).

A lei também regulamentou o Processo Eletrônico, autorizando que os órgãos do Poder Judiciário desenvolvam sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas. Todos os atos processuais do processo eletrônico deverão ser assinados eletronicamente (art. 8º).(14)

A lei preconiza que os sistemas a serem desenvolvidos pelos órgãos do Poder Judiciário deverão usar, preferencialmente, programas com código aberto, acessíveis ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores, priorizando-se a sua padronização (art. 14). Os sistemas devem buscar identificar os casos de ocorrência de prevenção, litispendência e coisa julgada (parágrafo único).

Os livros cartorários⁽¹⁵⁾ e demais repositórios⁽¹⁶⁾ dos órgãos do Poder Judiciário poderão ser gerados e armazenados em meio totalmente eletrônico (art. 16).⁽¹⁷⁾ No mesmo sentido, a lei comentada acrescentou no art. 556 do CPC o § único, o qual prevê que os votos, acórdãos e demais atos processuais podem ser registrados em arquivo eletrônico inviolável e assinados eletronicamente,⁽¹⁸⁾ devendo ser impressos para juntada aos autos do processo quando este não for eletrônico.

Analisada a legislação que permite a utilização das novas tecnologias no âmbito judicial e que demonstra o despertar do direito para a construção de um sistema judiciário mais dinâmico, cumpre abordar o papel da informática e da Internet na modernização da administração da justiça brasileira.

4 A Internet e a modernização da administração da justiça

A informatização dos serviços judiciais representou um grande avanço e contribuiu para uma revolução nos costumes e nas técnicas de elaboração de atos processuais, produzindo reflexos principalmente no tempo demandado para a elaboração dos atos. Todavia, apenas a informatização não parecia ser suficiente para resolver outros problemas inerentes à comunicação dos atos processuais e às informações aos usuários dos serviços judiciais. A verdadeira revolução na rotina judiciária ocorreu com a entrada do Judiciário na rede mundial de computadores. A Internet surgiu para facilitar o acesso à justiça e minimizar os efeitos da demora na prestação jurisdicional.

A Internet é considerada como um dos mais importantes e revolucionários desenvolvimentos da história da humanidade, porque mesmo uma pessoa comum ou uma pequena empresa pode, facilmente e a um custo muito baixo, não só ter acesso a informações localizadas nos mais distantes pontos do globo, como também criar, gerenciar e distribuir informações em larga escala, no âmbito mundial. Isso tudo já afetou substancialmente toda a estrutura de disseminação de informações existente no mundo.

No âmbito do Poder Judiciário não poderia ser diferente. A Internet apresenta amplo sistema de comunicação em tempo real, e parte desse sistema tem plena relação com a modernização da administração da justiça.

A partir do ano de 1995, quando a Embratel lançou o serviço definitivo de acesso comercial à Internet, a maioria dos tribunais brasileiros, que já havia aderido à informatização, não perdeu tempo. Assim, magistrados, servidores e os usuários dos serviços judiciários passaram a utilizar os recursos operacionais oferecidos pela Internet, principalmente o correio eletrônico e a WWW - World Wide Web.

O acesso à Internet, em conjugação com a informatização do Judiciário, proporcionou uma revolução em todo o sistema de elaboração e comunicação dos atos processuais, tanto pelo usuário interno dos serviços judiciários (juízes e servidores), quanto pelos usuários externos (partes, advogados), que passaram a ter acesso a várias informações de difícil obtenção anteriormente. A utilização da Internet passou a ser indispensável por aqueles usuários que se conscientizaram de sua importância.

Com efeito, para os operadores do Direito, a Internet é de suma importância, pois é possível acompanhar o andamento dos processos, por meio da consulta em sítios de tribunais e varas; ter acesso à estrutura e ao funcionamento dos órgãos do Poder Judiciário; pesquisar jurisprudência, doutrina e legislação atualizada, além de outros instrumentos postos à disposição. Atualmente as leis mudam com muita rapidez. É impossível acompanhar. Utilizando a Internet, basta abrir a página que oferece legislação e obtém-se o que se deseja, devidamente atualizado.

O usuário (o jurisdicionado) também foi beneficiado com a informatização do Judiciário e com a entrada deste na Internet, pois, no tocante ao andamento processual e ao inteiro conteúdo de decisões judiciais, o que antes poderia ser informado apenas pelo advogado ou com o comparecimento do interessado ou, ainda, por telefone, pode ser feito pela Internet.

Desse modo, é necessário analisar quais os serviços prestados que as ferramentas tecnológicas possibilitaram, bem como se eles realmente contribuem para ampliar o acesso à justiça e modernizar a administração da justiça.

5 Ferramentas tecnológicas e os serviços disponibilizados

5.1 Certificação Digital

A Certificação Digital, também conhecida como assinatura digital ou eletrônica, é um conjunto de técnicas e processos que garantem mais segurança às comunicações e transações eletrônicas, permitindo o armazenamento seguro de documentos, evitando que sejam interceptadas ou adulteradas as comunicações realizadas via Internet.

A certificação permite identificar, com certeza, quem foi o autor de uma transação ou de uma mensagem, bem como manter dados confidenciais protegidos contra a leitura por pessoas não autorizadas.(19) Além disso, ela garante o não-repúdio das transações efetuadas ou documentos assinados.

A certificação digital tem a finalidade de atestar a identidade de uma pessoa ou instituição na Internet por meio de um arquivo eletrônico assinado digitalmente. Seu objetivo é atribuir um nível maior de segurança nas transações eletrônicas, permitindo a identificação inequívoca das partes envolvidas, bem como a integridade e a confidencialidade dos documentos e dados da transação.(20)

A Certificação Digital baseia-se na existência de Certificados Digitais, que são "documentos de identificação" eletrônicos. Eles são emitidos por uma Autoridade Certificadora, que é uma entidade considerada confiável pelas partes envolvidas numa comunicação e/ou negociação. Esses certificados podem ser emitidos para pessoas físicas ou jurídicas, equipamentos ou aplicações, chamados de "titulares de certificados".

Mediante certificação, é possível assinar e autenticar documentos pelo computador, de qualquer lugar do mundo, via Internet. O sistema funciona com a utilização de um cartão eletrônico (smart card) e de um leitor específico para o cartão, que é conectado ao computador. Para usar o sistema e certificar ou assinar documentos, o usuário insere o cartão no aparelho e digita uma senha ou passa o polegar sobre um leitor ótico.

A Medida Provisória nº 2.200, de 24.08.2001, instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil,(21) para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.(22)

A ICP–Brasil forma um conjunto de entidades prestadoras de serviços ordenadas em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas por um Comitê Gestor. Somente as transações realizadas com processo de certificação envolvendo certificados emitidos por autoridades credenciadas na ICP-Brasil presumem-se

verdadeiras em relação aos signatários, pois se confere validade jurídica aos documentos assinados digitalmente.

A ICP-Brasil é composta por uma autoridade gestora de políticas e pela cadeia de autoridades certificadoras composta pela Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz,(23) pelas Autoridades Certificadoras - AC(24) e pelas Autoridades de Registro – AR.(25)

Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que a Medida Provisória trata. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 219 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

O disposto na Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento. Assim, as Autoridades Certificadoras podem oferecer certificados digitais, mas nem todas estão credenciadas na ICP-Brasil.

Observados os critérios estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, podem ser credenciados como AC e AR os órgãos e as entidades públicos e as pessoas jurídicas de direito privado. O certificado digital ou identidade digital pode ser adquirido por qualquer cidadão, empresa ou entidade diretamente de qualquer uma das Autoridades Certificadoras que integram a ICP-Brasil. Não é possível utilizar o serviço sem antes adquirir essa tecnologia.

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, com sede e foro no Distrito Federal, foi transformado pela MP nº 2.200/2001 em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O ITI é a primeira autoridade da cadeia de certificação e tem por competências emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das AC de nível imediatamente subsequente ao seu; gerenciar a lista de certificados emitidos, revogados e vencidos; executar atividades de fiscalização e auditoria das AC, das Autoridades de Registro - AR e dos prestadores de serviço habilitados na ICP-Brasil.

Conforme consta no Relatório Anual do CNJ – Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2006),(26) as ações concernentes à Certificação Digital no âmbito do Poder Judiciário foram discutidas em reuniões ocorridas na sede do Conselho Nacional de Justiça com os membros representantes da AC-JUS. Nos dias dois de fevereiro e oito de março

de 2006, respectivamente, reuniram-se no CNJ os representantes das seguintes organizações: ICP-Brasil, ITI, CEF - Caixa Econômica Federal, Ordem dos Advogados do Brasil, Universidade de Brasília, Fundação Getúlio Vargas, STF – Supremo Tribunal Federal, STJ – Superior Tribunal de Justiça, TST -Tribunal Superior do Trabalho, STM - Superior Tribunal Militar, CJF - Conselho da Justiça Federal e CSJT - Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O assunto tratado em ambas as reuniões referiu-se à questão da implantação da autoridade certificadora do Judiciário – (AC-JUS).

Foi assinado Convênio entre a CEF, o CNJ e o STF para o fornecimento da Certificação Digital. A assinatura ocorreu no dia 28 de junho de 2006, por ocasião da abertura do I Encontro dos Operadores Virtuais. A CEF, que fornecerá o sistema e o cartão que garante a autenticidade, tem autoridade registradora concedida pela ICP-Brasil.

Portanto, o Poder Judiciário adotou a certificação digital nos moldes do ICP-Brasil, através de sua autoridade certificadora AC-JUS. Foram distribuídos certificados para os juizes federais de todo o país. A proposta é estender o modelo para os Tribunais de Justiça Estaduais, visando proporcionar condições para que o processamento virtual expanda-se com maior capilaridade e atinja as metas previstas pelo Conselho quanto à ampliação do processo eletrônico pelas unidades da Justiça Brasileira.

5.2 Páginas eletrônicas

As páginas eletrônicas disponibilizadas pelo Poder Judiciário na Internet contribuíram para um grande passo no processo de modernização da justiça brasileira, que já havia se iniciado com a informatização.(27) Elas permitiram a identificação da administração dos tribunais, atendendo ao princípio da transparência, uma vez que, além de oferecerem uma gama enorme de serviços relacionados à tecnologia de informação, possibilitam conhecer os atos normativos internos dos tribunais (regimento interno, provimentos, resoluções) e oferecem acesso a licitações do órgão; informações sobre concursos públicos; estrutura e organização etc.

Antes da Internet, o acesso a todas essas informações, além de restrito, era demorado e oneroso. A partir dessa revolução operada pela Internet, o advogado e qualquer outro operador do direito – ou mesmo o leigo – têm acesso a tudo isso, de sua residência ou de qualquer parte do mundo, inclusive.

5.3 Comunicação dos atos processuais

Conforme art. 5º, § 6º, da Lei nº 11.419/2006, as intimações feitas, inclusive da Fazenda Pública,(28) são consideradas pessoais para todos os efeitos legais (§ 6º). No âmbito da Justiça Federal da 4ª Região, a Resolução nº 10, de 19.03.2007, da Presidência do TRF4ªR, criou o Sistema de Intimação e Notificação por meio eletrônico, destinado aos representantes da União, Fazenda Nacional e Procuradorias Federais, referente às causas em que atuarem no exercício de suas funções institucionais.(29)

A utilização do sistema é facultativa(30) e depende de prévio cadastramento efetuado mediante assinatura do procurador do órgão em termo de adesão, autorizando que as intimações e notificações para ele dirigidas sejam encaminhadas por meio eletrônico.

O acesso ao sistema pode ser feito em qualquer dia, hora ou local, por meio de siglas e senhas próprias. O Procurador pode consultar os atos pendentes de intimação ou notificação, bem como as intimações ou notificações já realizadas.

A intimação ou notificação do Procurador é considerada efetivada no momento em que ocorrer o acesso ao sistema e a leitura da mensagem, sendo lavrada certidão nos autos dessa ocorrência. Não ocorrendo a leitura da mensagem pelo destinatário em até 10 (dez) dias corridos, contados da data do seu envio, é considerada efetivada a intimação ou notificação de forma automática, observando-se o calendário oficial da Justiça Federal (Lei nº 5.010/66 e outras disposições legais).

As intimações eletrônicas devem ser feitas por meio eletrônico em portal próprio aos advogados e procuradores públicos que se cadastrarem, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico (art. 5º). A intimação é considerada realizada no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, devendo ser certificada nos autos a sua realização (§ 1º).

A Lei nº 11.419/2006 também permite, em caráter informativo, a remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual, aos que manifestarem interesse por esse serviço (art. 5º, § 4º). Trata-se do denominado sistema push, serviço auxiliar e informativo de acompanhamento processual. O advogado cadastra os processos de seu interesse junto ao sítio do órgão judiciário, informando o endereço eletrônico no qual deseja receber as informações. Toda vez que o processo for movimentado (mudar de fase), o advogado receberá uma mensagem informando, ou seja, por meio desse serviço informa-se automaticamente por via de correio eletrônico ao

advogado cadastrado a movimentação processual das ações de seu interesse.(31)

No artigo 6º, a Lei nº 11.419/2006 autoriza, desde que observadas as cautelas prescritas no art. 5º, que as citações (CPC, art. 237, parágrafo único), inclusive da Fazenda Pública, excetuadas as oriundas de processos criminais e atos infracionais (Lei 8.078/90), sejam feitas por meio eletrônico, desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando.

As cartas precatórias, rogatórias, de ordem(32) e, de um modo geral, todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário, bem como entre os deste e os dos demais Poderes, devem ser feitas preferentemente por meio eletrônico (art. 7º),(33) exceto as que ordenam a prisão ou liberam valores depositados.

Dessa forma, a comunicação eletrônica pode ser utilizada entre juízes e cartórios/secretarias de varas para: a) comunicação ao juízo deprecante sobre o recebimento da Carta Precatória; b) comunicação ao juízo deprecante sobre a data designada para audiência; c) solicitação ao juízo deprecante de qualquer providência quanto à carta precatória; e d) solicitação de informações ao juízo deprecado sobre o cumprimento da carta precatória; desde que os órgãos ofereçam esse tipo de serviço com assinatura eletrônica.

5.4 Consulta de jurisprudência e inteiro teor

Nas páginas eletrônicas dos órgãos judiciários também é possível realizar a consulta de jurisprudência, incluindo inteiro teor de acórdãos e sentenças.

A consulta de jurisprudência eletrônica é um serviço que facilitou muito o trabalho dos operadores do direito, não apenas dos magistrados e servidores, mas também dos advogados e procuradores de órgãos públicos, uma vez que antes desse serviço era necessário acompanhar o diário da justiça em papel, de forma manual, selecionando a(s) ementa(s) que interessava(m), fotocopiando e catalogando em pastas, ou, ainda, acompanhar os repositórios de jurisprudência, geralmente por meio de pagamento de assinatura mensal.

Aliado à consulta de jurisprudência há o acesso ao inteiro teor de acórdãos. Vários tribunais oferecem esse serviço em seus sítios, por exemplo, o STF – www.stf.gov.br –, o STJ – www.stj.gov.br –, o TRF4ªR – www.trf4.gov.br –, mediante acesso, geralmente, no link “acompanhamento processual”.

Na Justiça Federal da 4ª Região está à disposição do usuário interessado o inteiro teor de atos processuais da 1ª instância: despachos, decisões e sentenças. Isso foi possível graças ao desenvolvimento e à utilização do GEDPRO – Gestão de Documentos Processuais (ver item 6.10), sistema no qual são elaborados todos os atos processuais do juiz e da secretaria.

Ainda podemos mencionar que no link <http://espiia.jfpr.gov.br/espiia/bancoajufe> são encontradas cerca de 3.500 sentenças de juízes federais de todo o Brasil (Banco de Sentenças AJUFE).

A disposição do inteiro teor dos atos processuais na Internet provoca uma verdadeira revolução no acesso a tais documentos e auxilia na modernização da justiça e, conseqüentemente, na celeridade processual, porquanto o advogado, estagiário ou qualquer interessado não precisa se deslocar à sede do juízo para obter a cópia do documento, o que demandaria tempo e ônus.

5.5 Consulta do andamento processual

O acompanhamento processual pela Internet é oferecido atualmente por todos os Tribunais do país e varas federais e estaduais. Para acessar o serviço, basta entrar na página respectiva, encontrar a opção de consulta ou andamento processual, digitar o número do processo, do Cadastro de Pessoa Física - CPF, do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, ou da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, ou o nome da parte no processo e verificar a fase em que se encontra.

A consulta do andamento processual veio revolucionar o Poder Judiciário e os escritórios de advocacia e os órgãos públicos que precisam acompanhar os processos. O usuário não precisa mais se deslocar até o prédio do tribunal ou da vara para saber a fase em que se encontra o processo. Isso descongestiona os terminais de auto-atendimento e libera os servidores da atividade de prestar pessoalmente as informações sobre o processo. Utilizando a Internet, o interessado pode consultar o andamento processual de qualquer lugar do país ou do mundo.

5.6 Petições por correio eletrônico

Esse tipo de serviço, tal como a consulta do andamento processual, auxilia na agilização da prestação jurisdicional em sentido amplo, porque, principalmente em casos urgentes, não é necessário o

deslocamento do advogado ao prédio do tribunal ou do juízo, sem contar que a petição poderá ser enviada de qualquer parte do país.

Até o advento da Lei nº 11.419/2006 já era possível o encaminhamento de petição por meio eletrônico, pois isso estava autorizado na Lei nº 9.800/99. Vários órgãos do Judiciário recebiam petições por esse meio.

Entretanto, não era dispensado o envio posterior dos originais em papel. Exemplo disso pode ser encontrado na Resolução nº 287, de 14 de abril de 2004, da Presidência do STF, por meio da qual se instituiu no STF o sistema que permite o uso de correio eletrônico para a prática de atos processuais, no âmbito do Supremo Tribunal Federal. No art. 5º da citada Resolução está previsto que:

“A utilização do sistema não desobrigará o usuário de protocolar os originais, devidamente assinados, junto à Seção de Protocolo e Informações Processuais do STF, no prazo e nas condições previstos no artigo 2º e parágrafo único da Lei 9.800/99”.

A nova Lei nº 11.419/2006 não exige a entrega da petição em papel posteriormente. A Lei autoriza o envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico mediante uso de assinatura eletrônica(34) .

A Resolução nº 02, de 24 de abril de 2007, da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, autorizou a adoção, a partir de 24 de maio de 2007, do sistema de petição eletrônica (e-pet). O sistema possibilita o recebimento, por meio eletrônico, de petições referentes a processos de competência originária do presidente, os habeas corpus e os recursos em habeas corpus. O sistema é facultativo, mas sua utilização vai agilizar a prestação jurisdicional e facilitar o acesso ao STJ.

Para utilizar o sistema, o profissional deve possuir certificação digital, ser credenciado no sistema do STJ e ter os programas necessários – softwares e hardwares – instalados em seu computador. O novo sistema permite o envio eletrônico de petições iniciais e incidentais, e sua tramitação poderá ser acompanhada online pelo usuário credenciado, sem a necessidade de petições escritas em papel.

Possuindo a certificação digital, o usuário deve instalar, em seu computador, os softwares e hardwares que vão gerar as petições e acessar o sistema de peticionamento eletrônico do STJ e um programa de conversão de documentos para o formato PDF. O sistema só aceita documentos gerados nesse formato. Além da petição, o usuário poderá anexar e enviar eletronicamente outros arquivos até o limite de 1,5 Mb, ou seja, a extensão de todos os

arquivos utilizados no peticionamento, incluindo a petição, não pode ultrapassar 1,5 Mb.

Para peticionar eletronicamente no STJ, o usuário também precisa se identificar no sistema que fará a configuração e a autenticação dos certificados digitais. Trata-se de uma questão de segurança: antes de concluir qualquer operação, o sistema pedirá que seja digitado o código PIN - Personal Identification Number, senha de acesso à chave privada do certificado digital que assegura que o seu dono é realmente quem o está utilizando naquele acesso. Com os dados cadastrais confirmados, a petição poderá ser enviada, gerando um relatório com data e hora da transmissão, nome do advogado e das partes e identificação dos arquivos enviados. Todas essas informações poderão ser impressas pelo usuário.

O sistema de petição eletrônica, sem dúvida, pode contribuir para uma nova etapa no processo de informatização e modernização do Judiciário, de forma a possibilitar que os advogados apresentem seus requerimentos da própria casa ou escritório, sem precisar se deslocar até o órgão judiciário, considerando que a nova lei autoriza o envio de petições pela Internet, dispensando a apresentação posterior dos documentos originais ou de fotocópias autenticadas. .

5.7 Diário da Justiça Eletrônico

Até o advento da Lei nº 11.419/2006, a comunicação dos atos processuais (intimações e citações das partes no processo) na justiça brasileira era feita apenas pela publicação no Diário da Justiça em papel (na imprensa nacional), pela intimação por Oficial de Justiça ou pelo correio, por carta com aviso de recebimento. Esses meios de comunicação geravam custos elevados.

A comunicação agora também pode ser feita de forma eletrônica. Dispõe a Lei nº 11.419/2006 que os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral (art. 4º). As intimações eletrônicas devem ser feitas por meio eletrônico em portal próprio aos advogados e procuradores públicos que se cadastrarem, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico (art. 5º).

Todavia, o sítio e o conteúdo das publicações deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da lei específica (§ 1º),⁽³⁵⁾ com o objetivo de atender os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

A publicação de atos processuais no Diário da Justiça Eletrônico, segundo a Lei nº 11.419/2006, substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, com exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal (art. 4º, § 2º). A data da publicação é considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico (§ 3º). O início do prazo processual será no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação (§ 4º).

Em 16 de abril de 2007, o Supremo Tribunal Federal lançou, por meio da Resolução nº 341 da Presidência, o Diário da Justiça Eletrônico, uma versão digital da publicação oficial que reúne todos os atos processuais do Tribunal. O Diário da Justiça Eletrônico substitui a versão impressa das publicações oficiais e passa a ser veiculado gratuitamente na rede mundial de computadores - Internet, endereço www.stf.gov.br.

O Supremo Tribunal Federal manterá publicação impressa e eletrônica até 31 de dezembro de 2007. Após, o Diário da Justiça Eletrônico substituirá integralmente a versão em papel. Ele é publicado diariamente, de segunda a sexta-feira, a partir das 10h, exceto nos feriados nacionais e forenses e nos dias em que, mediante divulgação, não houver expediente.

O Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região é o meio oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região, instituído por meio da Resolução 12, de 26.03.2007, da Presidência do TRF4ªR,(36) com base no art. 4º da Lei 11.419/2006.

Ao que tudo indica, o Diário da Justiça Eletrônico veio para ficar e para transformar a forma de publicação dos atos processuais, permitindo a agilização da prestação jurisdicional, bem como a redução de custos operacionais em virtude da ausência de papel.

Infelizmente a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn nº 3.880) no STF contra cinco artigos da lei, inclusive referente à substituição do diário de justiça impresso pelo eletrônico, sob o fundamento de que o acesso dos advogados à Internet é baixo, o que comprometeria a publicidade dos atos processuais, assegurada pela Constituição.

5.8 Sistema INFOJUD – Receita Federal

A Secretaria da Receita Federal do Brasil adotou o Certificado Digital para que os serviços protegidos por sigilo fiscal também possam ser atendidos por meio de sua página na Internet, com o objetivo de

certificar a autenticidade dos emissores e destinatários dos documentos eletrônicos, assegurando sua privacidade e sua inviolabilidade. Assim, foi possível a esse órgão também criar o Sistema INFOJUD (Informações ao Judiciário), por meio do qual possibilita aos magistrados acesso online aos dados cadastrais (CPF e CNPJ) e declarações de pessoas físicas (DIRPF e DITR) e jurídicas (DIPJ, PJ Simplificada e DITR).

O sistema, basicamente, representa a substituição de requisições de tais declarações por ofício. Os juízes encaminhavam uma grande quantidade de pedidos ao Delegado da Receita Federal.⁽³⁷⁾ Isso representava grande quantidade de trabalho para a SRF e para o Judiciário, além de gastos com a operação (papel, impressão, correspondência). Agora, com o novo sistema, em vez de encaminhar ofício à SRF, o juiz entra na Internet e obtém os dados na hora.

O sistema é de uso exclusivo aos juízes habilitados pelo órgão judiciário a que pertence, que tenha firmado convênio com a Receita Federal, mediante acesso com autenticação por certificação digital.

O Certificado Digital é um arquivo contido em um SmartCard ou Token que identifica o usuário digitalmente.

A obtenção do Certificado Digital segue regras rígidas de segurança. O magistrado deve fornecer duas fotos 3x4 (recentes) e duas cópias de cada um destes documentos: comprovante de residência, título de eleitor e carteira funcional (ou RG e CPF), para que possa ser feita a solicitação junto ao SERPRO da certificação digital. Em seguida, é agendado para que um funcionário do SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados (Agente Registrador - AR) possa ir pessoalmente até o magistrado requisitante da Certificação Digital para colher a assinatura.

Após apreciação da documentação e coleta da assinatura, o SERPRO faz a geração do par de chaves (pública e privada) e a liberação do Certificado Digital para que seja armazenado no SmartCard, cartão com o qual se passa a ter acesso aos dados do INFOJUD.⁽³⁸⁾

A Justiça Federal do Paraná foi pioneira na utilização do sistema.⁽³⁹⁾ Em decorrência, o primeiro tribunal a firmar convênio com a Receita Federal foi o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, permitindo que todos os juízes federais e juízes federais substitutos das três seções judiciárias (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) tivessem acesso ao sistema.

O objetivo da Receita Federal é implantar o sistema em todo o Judiciário brasileiro, mas isso depende de convênio a ser firmado entre o tribunal respectivo e a Receita Federal. A Justiça Estadual é a

que mais pede informações à SRF. No entanto, o sistema começou a ser implantado na Justiça Federal para depois alcançar o judiciário de cada Estado.

5.9 Sistema BACEN-JUD

Outro serviço à disposição do Judiciário é o sistema BACEN-JUD, criado pelo Banco Central do Brasil, por meio do qual se permite a solicitação de informações de dados protegidos por sigilo bancário, envolvendo pessoas físicas e jurídicas clientes do Sistema Financeiro Nacional, sobre a existência de contas correntes e aplicações financeiras, determinações de bloqueio e desbloqueio de contas e comunicações de decretação e extinção de falência.

O sistema gera as seguintes funcionalidades: a) inclusão das respostas das instituições financeiras, de forma automatizada, às consultas do Poder Judiciário; b) transferência de valores bloqueados para contas judiciais; c) redução do prazo de processamento das ordens judiciais, possibilitando maior agilidade no processo; d) controle de respostas das instituições financeiras pelo juízo solicitante; e) padronização do processamento das ordens judiciais pelas instituições financeiras; f) minimização do trâmite de papéis (ofícios judiciais); g) segurança no processamento das ordens judiciais; h) atualização de cadastro das varas/juízos; e i) inserção da suspensão e reativação da falência.

Depreende-se que o objetivo de utilização do sistema é imprimir maior celeridade aos processos, em especial aos que se encontram em fase de execução, bem como reduzir custos com recursos humanos e materiais no âmbito do Judiciário e do BACEN.

O sistema BACEN-JUD é de uso exclusivo do Poder Judiciário e, para sua utilização, é necessário que os Tribunais Superiores (TST, STJ/CJF e STM) firmem convênios com o Banco Central.

Os Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais de Justiça Estaduais e Tribunais Regionais Federais devem aderir aos convênios dos seus respectivos Tribunais Superiores, mediante Termo de Adesão. Após a assinatura dos Convênios e Termos de Adesão, o Presidente de cada Tribunal indica os Masters, que terão atribuição de cadastrar os usuários (juízes e servidores).

O juiz, devidamente cadastrado, pode acessar o sistema, via Internet, mediante senha individual e intransferível, e emitir as ordens judiciais. O acesso ao sistema é simples. O juiz entra em www.bcb.gov.br/judiciario, digita seu login e senha pessoal e

intransferível, solicita informações online sobre a existência de contas-correntes e aplicações financeiras de devedores. A senha pessoal garante o sigilo bancário protegido pela legislação.

Segundo o Banco Central, o trânsito das informações entre a Justiça, o Banco Central e as instituições financeiras tem a máxima segurança, com a utilização de sofisticada tecnologia de criptografia de dados, de acordo com os mais altos padrões de segurança utilizados por aquele órgão.(40)

O sistema BACEN JUD, assim como o INFOJUD da Receita Federal, também veio substituir a requisição por meio de ofício, que era expedido pelos magistrados em todo o Brasil, visando aos fins agora atendidos por esse sistema, o que gerava custos com papel, impressão, correspondência etc.

Não obstante vários tribunais tenham aderido ao convênio, muitos juízes de primeira instância ainda não têm pleno conhecimento do sistema, e outros, embora o conheçam, resistem à idéia, sob a alegação de que a sua utilização, por ser pessoal e intransferível, sobrecarregará os trabalhos dos magistrados. No entanto, esse entendimento deverá ser superado em breve, uma vez que esse sistema efetivamente reduz em muito os custos com recursos humanos e materiais, no processamento manual de cerca de 600 ofícios enviados diariamente pelo Poder Judiciário ao BACEN.(41)

Importante frisar que, em decorrência da utilização desse sistema, foi alterado o art. 655 do CPC para que a penhora observe, em primeiro lugar, dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira, conforme redação dada ao inciso I pela Lei nº 11.382/2006.(42)

Destarte, verifica-se que esse novo serviço, proporcionado pela Internet e pela tecnologia de informação, tem contribuído para a modernização na administração da justiça, considerando que imprime maior celeridade aos processos e reduz custos operacionais.

5.10 GEDPRO – Gestão Eletrônica de Documentos Processuais

O GEDPRO – Gestão Eletrônica de Documentos Processuais é uma aplicação corporativa desenvolvida e utilizada na Justiça Federal nos Estados da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), tanto no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre/RS, quanto na 1ª instância dos três Estados.

O GEDPRO auxilia os diversos setores da Justiça Federal na criação e distribuição dos Documentos Judiciais; auxilia no histórico de todos os documentos gerados durante a vida do processo; elimina as cópias em papel na tramitação dos processos dentro do Tribunal; permite maior estabilidade, robustez e facilidade na configuração das máquinas dos usuários; pode ser acessado de qualquer lugar pelo usuário cadastrado e que tenha senha, através do Navegador.

As características do GEDPRO são as seguintes: a) armazena os documentos em um repositório único; b) permite disponibilizar eletronicamente pelo proprietário para outros setores; c) garante acesso aos setores e usuários que têm permissão, aumentando a segurança; d) garante que o texto será enviado no formato correto para a Imprensa Nacional para publicação; e) padroniza formatações.

As funcionalidades do GEDPRO são: a) permite visualizar todos os documentos já criados no processo, com possibilidade de leitura e impressão conforme as permissões do usuário; b) confere facilidade para compor o inteiro teor do acórdão ou de atos do juiz de primeira instância (despachos, decisões e sentenças) e disponibilizá-lo na Internet.; c) permite pesquisa por diversas informações dos textos e/ou por palavras do conteúdo; d) permite a conferência das Notas Taquigráficas com a Ata de Julgamento.

O GEDPRO promove Integração para os Gabinetes, pois possibilita: a) o envio eletrônico dos textos; b) o preenchimento automático do cabeçalho (com o nome das partes e número do processo), emissão do espelho/resumo da pauta; c) a geração do Inteiro Teor; d) a pesquisa em todos os documentos.

Para as Secretarias de Turma do Tribunal e para as Secretarias da 1ª instância, o GEDPRO permite o recebimento eletrônico dos documentos, a garantia do conteúdo do documento e a redução dos atendimentos no balcão.

Para as partes e Advogados, o GEDPRO permite o acesso ao inteiro teor do acórdão na Internet, reduzindo o tempo de espera e evitando deslocamentos até a sede do Tribunal ou das varas. Na 1ª instância da Justiça Federal da 4ª Região, assim que se tornam definitivos os atos, pelo recebimento no sistema, eles são colocados na Internet, na página eletrônica da respectiva seção judiciária (Rio Grande do Sul, Paraná ou Santa Catarina). Basta o interessado acessar a consulta processual, localizar o processo e consultar as fases para encontrar o inteiro teor do ato processual desejado.

5.11 Processo Eletrônico

Conforme prevê a Lei nº 11.419, no processo eletrônico todos os atos devem ser assinados eletronicamente (art. 6º, parágrafo único); todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, devem ser feitas por meio eletrônico (art. 9º). As citações, intimações, notificações e remessas que permitem o acesso à íntegra do processo são consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais (§ 1º). No entanto, quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico, os atos poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído (§ 2º).

No tocante à distribuição da petição inicial e à juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos advogados públicos e privados, sem necessidade da intervenção do cartório ou da secretaria judicial, caso em que a autuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo (art. 10). Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia (§ 1º).

Segundo o art. 11 da Lei citada, os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário são considerados originais para todos os efeitos legais.

Os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente deverão estar disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes processuais e para o Ministério Público, respeitado o disposto em lei para as situações de sigilo e de segredo de justiça.

A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico (art. 12). Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e a integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares (§ 1º); se tais autos tiverem de ser remetidos a outro juízo ou instância superior que não disponha de sistema compatível, deverão ser impressos em papel (arts. 166 a 168 do CPC), ainda que de natureza criminal ou trabalhista, ou pertinentes a juizado especial (§ 2º).

Portanto, essas são as principais previsões contidas na Lei nº 11.419/2006. Adiante, passaremos a fazer observações quanto ao e-

proc, em uso na Justiça Federal da 4ª Região a partir do mês de março de 2004.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região foi o pioneiro na criação do e-proc.(43) Por meio da Resolução nº 13, de 11.03.2004, a Presidência do TRF4ªR autorizou a implantação do processo eletrônico nos Juizados Especiais Federais da 4ª Região, nas Turmas Recursais dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e na Turma Regional de Uniformização da 4ª Região. O Provimento nº 01, de 10 de maio de 2004, da Presidência do TRF4ªR, estabeleceu normas complementares para a utilização do sistema.

A partir da implantação do processo eletrônico somente passou a ser permitido o ajuizamento de causas pelo sistema eletrônico. Em cada Subseção Judiciária foi instalada uma sala de auto-atendimento, com acesso a sistema de digitalização e computador ligado à rede mundial para uso dos advogados e procuradores dos órgãos públicos e consulta pelas partes. Em caso de a parte comparecer pessoalmente, o seu pedido é reduzido a termo eletronicamente por servidor do Juizado Especial Federal.

Os autos do e-proc são integralmente digitais, sendo responsabilidade de cada usuário a inserção de documentos nos processos, cujas autenticidade e origem são garantidas através de sistema de segurança com geração de chaves eletrônicas para os documentos. O juiz da causa pode determinar a exclusão de peças indevidamente juntadas aos autos.

São usuários do Sistema os advogados, procuradores, serventuários da Justiça e magistrados, cujo cadastro eletrônico é providenciado preferencialmente junto ao Juizado Especial Federal ou Turma Recursal onde o usuário atua. O cadastro eletrônico dos advogados e procuradores tem validade para a Seção Judiciária correspondente ao Juizado onde foi solicitado. A senha de acesso ao sistema é de uso pessoal e intransferível, sendo de responsabilidade do usuário sua guarda e sigilo.

Somente usuários cadastrados terão acesso ao sistema. O advogado terá de se cadastrar no site do Processo Eletrônico e comparecer na sede do Juizado Especial em 15 dias munido de sua OAB para registrar sua senha. A senha é de uso pessoal e intransferível, conforme termo de compromisso assinado. Todos os usuários cadastrados poderão acessar o processo eletrônico de qualquer lugar, através da Internet.

O processo eletrônico (e-proc) tem os seguintes domínios: www.jef-pr.gov.br para o Estado do Paraná; www.jef-rs.gov.br para o Estado do Rio Grande do Sul; e www.jef-sc.gov.br para o Estado de Santa

Catarina. Pode, ainda, ser acessado através de links nas páginas do TRF-4ª Região e das Seções Judiciárias da 4ª Região.

O acesso ao Sistema pelos usuários cadastrados, para fins de movimentação processual, está disponível diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados, no horário das 6h às 24h, ressalvado o recesso da Justiça Federal. A consulta aos processos eletrônicos pelo público em geral está disponível ininterruptamente. Salvo nos casos de segredo de justiça, a consulta aos autos é pública, via Internet independentemente da utilização de senhas, sem prejuízo do atendimento nas secretarias dos juizados.

O e-proc implantado pelo TRF4ªR tem alguns objetivos, oferece segurança e tem certas vantagens.(44)

Os objetivos são os seguintes a) facilitação do trabalho dos advogados e procuradores dos órgãos públicos; b) melhoria da qualidade de atendimento às partes; c) agilização dos serviços dos servidores; d) segurança e rapidez na atuação dos magistrados, e e) agilização dos processos.

Em termos de segurança, todo o acesso é feito através de site seguro, sendo possível determinar com precisão a origem de cada acesso. Todo o documento enviado recebe um protocolo eletrônico e uma assinatura digital, certificando a origem e garantindo o conteúdo. Os dados estão garantidos por redundância local e remota, mantendo ainda os procedimentos normais de backup.

As vantagens são as seguintes: a) permite maior interação do Poder Judiciário com a sociedade, possibilitando que a Justiça vá ao encontro do cidadão; b) acesso instantâneo aos dados dos processos de qualquer lugar do mundo, via www; c) os advogados poderão acessar os processos do seu escritório ou mesmo em viagem, podendo praticar atos processuais, inclusive com redução de custos; e d) os Juízes terão facilidade de acesso, podendo resolver questões urgentes mesmo sem comparecer à sede da Justiça.

Verifica-se que o objetivo do processo eletrônico é possibilitar a tramitação digital das ações judiciais, dispensando o uso do papel e a movimentação física dos processos. Apregoa-se que ele reduz o serviço burocrático e agiliza o trâmite processual, agregando segurança contra a perda de autos e democratizando a divulgação do processo, que fica disponível para consulta via Internet.

5.12 Requisições Eletrônicas de Pagamento

Conforme Resolução nº 30, de 11 de junho de 2007, da Presidência do TRF4ªR, as RPVs – requisições de pagamento(45) expedidas pelas Varas Federais e Juizados Especiais Federais serão remetidas a este Tribunal por via eletrônica. A responsabilidade pela transmissão eletrônica das requisições de pagamento a este Tribunal é do Juiz Requisitante.

Trata-se de um subsistema do SIAPRO (Sistema de acompanhamento processual) que possibilita o cadastramento e envio eletrônico, pelas varas federais, assim como a recepção, pelo TRF, de dados referentes aos pedidos de precatórios e requisições de pequeno valor contra a Fazenda Pública Federal.

Após a transmissão da requisição, o juízo deverá enviar ao Tribunal a via impressa pelo sistema, devidamente assinada pelo Juiz Requisitante. Será considerada como data de autuação da requisição o dia do efetivo recebimento pelo Tribunal da via impressa e devidamente assinada.

O Juízo Requisitante se responsabiliza pela inserção no sistema eletrônico dos dados obrigatórios fixados em lei e nas resoluções do Conselho da Justiça Federal.

Os demonstrativos de pagamento dos precatórios e requisições de pequeno valor são enviados eletronicamente às Varas Federais e Juizados Especiais Federais por meio do SISCOP – Sistema de Comunicação Eletrônica.

Efetivado o depósito, a Secretaria de Precatórios comunica a disponibilidade ao Juízo da Execução, que dele cientificará as partes. As contas em que não houver necessidade de alvará para levantamento estarão disponíveis para saque em 5 (cinco) dias úteis após o envio dos demonstrativos de pagamento pelo SISCOP, a contar do primeiro dia útil posterior a este envio. Para efetuar o saque, o beneficiário deve dirigir-se diretamente à instituição bancária e apresentar documento de identidade e CPF.

Foi instituído o acesso à página deste Tribunal na Internet como meio de consulta aos dados cadastrais dos requisitórios e de suas fases de processamento.

Após o registro das requisições de pagamento no Tribunal, os dados referentes a estas, tanto as expedidas eletronicamente quanto por ofício, estarão disponíveis na Internet para exame e acompanhamento dos juízos requisitantes, entidades devedoras, partes beneficiárias e seus procuradores.

A informatização das RPVs produz redução significativa dos custos de expedição (malote) e processamento, economia de papel e tinta de impressora, bem como economia de tempo no preenchimento de formulários e reaproveitamento dos dados do processo em futuros pedidos.

5.13 Sistema de Recurso Extraordinário Eletrônico

A Resolução nº 344, de 25.05.2007, regulamenta o meio eletrônico de tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais no Supremo Tribunal Federal (e-STF) e dá outras providências.

O Sistema de Recurso Extraordinário Eletrônico foi desenvolvido pelo STF e permite maior agilidade e economia na tramitação dos recursos naquela Corte. Além de facilitar a manipulação de processos dentro do STF e estimular as pautas de julgamento em bloco, o recurso eletrônico pretende garantir a subida de recursos extraordinários de forma eletrônica. Além da economia de papel e tempo, o recurso eletrônico facilita os trâmites processuais.

Apesar de o Supremo Tribunal Federal julgar apenas teses jurídicas, os processos são enviados na íntegra, por formalidade, e ocasionaram, no exercício de 2006, entre remessa e retorno, a manipulação e o transporte de 680 toneladas de papel. Com o formato eletrônico, facilita-se a consulta às poucas peças realmente necessárias. O Sistema permite maior agilidade e economia na tramitação dos Recursos Extraordinários no STF.

O CNJ colaborou atuando na interface com os tribunais de apelação, distribuindo software e promovendo o treinamento necessário. O preenchimento dos dados do processo será resgatado da base de dados dos tribunais inferiores onde o recurso foi interposto, com enorme ganho de tempo em autuação e distribuição, que passarão a ser rotinas automatizadas.

Na primeira fase, os autos em papel permanecerão nos Tribunais de origem, para eventual consulta, sendo encaminhadas por meio eletrônico apenas as cópias das peças indispensáveis ao conhecimento e à análise do Recurso Extraordinário. Além da economia de papel e de tempo, o Sistema de Recursos Extraordinários pretende facilitar o trâmite dos recursos no âmbito do STF, possibilitando uma variada manipulação de informações para realizar, por exemplo, o julgamento em bloco de matérias repetitivas ou mesmo identificar temas para edição de súmulas sobre matérias de alto impacto nos diversos segmentos do Judiciário.

Outra vantagem tem relação com a apuração de estatísticas processuais internas do Tribunal.

5.14 SUP – Sistema Único de Protocolo

Na Justiça Federal da 4ª Região, as petições e documentos devem ser cadastrados no sistema informatizado (exceto as petições iniciais não incidentais de 1ª instância), conforme determina a Resolução nº 114, de 19.10.2005, da Presidência do TRF4ªR, que instituiu o SUP - Sistema Único de Protocolo.

O SUP trata-se de um sistema eletrônico de protocolo obrigatório em toda a 4ª Região, em que são cadastrados todos os documentos judiciais da Justiça Federal de 1º e 2º graus. O pré-cadastro de petição é um serviço disponibilizado aos advogados. O sistema está disponível na home page do TRF da 4ª Região (www.trf4.gov.br). O objetivo do sistema é conferir maior agilidade na confirmação do protocolo de petições e na tramitação posterior. O pré-cadastro não é protocolo eletrônico, não confere nº de protocolo e não assegura o prazo, valendo a data da efetiva entrega no órgão de protocolo.

O Sistema visa dar maior precisão, segurança e transparência no tratamento dispensado aos documentos processuais. As máquinas de auto-atendimento multimídia, instaladas em todas as Subseções Judiciárias, também disponibilizam o pré-cadastro.

As vantagens principais do Pré-Cadastro de Petição são as seguintes: agiliza a confirmação do protocolo e a tramitação posterior do documento; elimina erros quanto ao número do processo e ao nome da parte; possibilita a eliminação da cópia impressa da íntegra do documento, na qual se colocava o carimbo de protocolo, uma vez que a comprovação física se dará com a impressão da folha ou etiqueta de confirmação do protocolo; agiliza o atendimento no balcão das Varas; e permite ao advogado a inclusão de dados no sistema.

Conclusão

A evolução tecnológica, que proporcionou um mundo dinâmico envolvendo as relações sociais e comerciais, aliada à ampliação do acesso à justiça a partir da Constituição Federal de 1988 e à positivação do direito à razoável duração do processo pela EC nº 45/2004, gerou uma insatisfação de todos os segmentos sociais contra a morosidade da prestação jurisdicional.

Assim, passou-se a exigir a modernização da administração da justiça brasileira, a fim de que o Poder Judiciário incorporasse à sua atividade as ferramentas tecnológicas disponíveis atualmente, com o objetivo de conferir efetividade ao direito de acesso à justiça em sentido amplo, incluindo a duração razoável do processo.

A partir do momento em que o Estado detém o monopólio da jurisdição, deve prestar esta com eficiência e com celeridade, de modo a acompanhar as transformações sociais e dar conta das demandas que lhe são propostas, adotando mecanismos e ferramentas tecnológicas que permitam a realização dos atos processuais no menor tempo possível.

A legislação em vigor, na área das tecnologias que podem ser utilizadas na atividade judiciária, contribui para que seja atingido esse objetivo, embora não seja suficiente para solucionar completamente o problema da morosidade do judiciário.

A informatização dos serviços judiciários e o acesso à Internet representaram um grande avanço e contribuíram para uma revolução nos costumes e nas técnicas da atividade judiciária, produzindo reflexos no tempo demandado para a elaboração dos atos e para sua comunicação.

As ferramentas tecnológicas relacionadas à informatização e ao acesso à Internet, que possibilitaram a prestação de vários serviços antes inexistentes, os quais demandavam tempo e custos operacionais, contribuíram e podem contribuir ainda mais para agilizar a prestação jurisdicional.

Para que todas essas ferramentas tecnológicas possam ser utilizadas – e seja comprovada sua eficácia –, é necessário que os usuários internos e externos não resistam de modo injustificável às mudanças, mas sim colaborem para que sejam implementadas, inclusive em nível nacional, de modo que todos os órgãos judiciários brasileiros sejam aparelhados com a tecnologia necessária para prestar a tutela jurisdicional de maneira adequada, célere e justa.

Após a informatização do Poder Judiciário e sua entrada na rede mundial de computadores, não restam dúvidas que se ampliou o acesso à justiça e se deu um grande passo para a modernização dos serviços judiciários, permitindo que a tutela jurisdicional fosse prestada em tempo razoável.

Da mesma forma que o computador e a Internet se tornaram populares, dirigindo-se aos anseios gerais de todos os segmentos sociais, despidendo-se do caráter restrito e elitista que ensejaram a

criação e a evolução deles, é necessário que o Poder Judiciário siga o mesmo caminho, com o escopo de cumprir sua função social de pacificação dos conflitos e realização da justiça.

Muito ainda precisa ser feito para se atingir a eficiência dos serviços judiciários, mas as ferramentas utilizadas atualmente em alguns órgãos demonstram que as novas tecnologias podem contribuir para ampliar o acesso à justiça e minimizar a morosidade do trato judicial.

Portanto, o uso intensivo dos recursos tecnológicos no sistema judiciário constitui, enfim, um meio relevante para a modernização da administração da justiça e para a sua democratização, a fim de acompanhar a dinâmica das relações econômicas e sociais dos novos tempos.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Francisco Fernandes de. Do Prazo Razoável na Prestação Jurisdicional. Acesso em: 15 nov. 2006.

BARBOSA, Claudia Maria. A necessidade da formulação de indicadores próprios para avaliar a atividade jurisdicional. In. SILVA, Letícia Borges da; OLIVEIRA, Paulo Celso de. Socioambientalismo: uma realidade. Homenagem a Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Curitiba: Juruá, 2006. p.79-88.

BERMUDES, Sérgio. A Reforma do Judiciário pela Emenda Constitucional nº 45. Rio de Janeiro: Forense Digital, 2005.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARVALHO, Ivan Lira De. A Internet e o acesso à justiça. Revista de Processo. a. 25. São Paulo: RT, out./dez. 2000.

CÔRREA, Gustavo Testa. Aspectos jurídicos da Internet. São Paulo: Saraiva, 2000.

DAKOLIAS, Maria. O setor judiciário na América Latina e no Caribe. Elementos para reforma. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1996. Relatório Técnico n. 319.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Notas sobre a garantia constitucional do acesso à justiça: o princípio do direito de ação ou da inafastabilidade do Poder Judiciário. Revista de Processo. a. 27. n. 108. São Paulo: Revista dos Tribunais, out./dez. 2002.

FARIA, José Eduardo. Direito e justiça no século XXI. Texto apresentado no Seminário Direito e Justiça no Século XXI. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2003.

FERREIRA, Ana Amelia Menna Barreto de Castro. Sistemas tecnológicos e o Poder Judiciário: Racionalização ou Democratização da Justiça? Disponível em: . Acesso em 01 maio 2007.

FONTINELE, Maria da Penha Gomes. Anotações à Lei nº 9.800/99. Revista de Informação Legislativa. Brasília, a. 36, n. 142. abr./jun. 1999.

FREITAS, Vladimir Passos de. Eficiência em pauta. Considerações sobre a administração da justiça. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: . Acesso em: 09 nov. 2006.

HOFFMANN, Paulo. O direito à razoável duração do processo e a experiência italiana. Disponível em: Acesso em: 20 nov. 2006.

MADALENA, Pedro; OLIVEIRA, Álvaro Borges de. O Judiciário e os serviços informatizados. Revista Consulex, a. IV, n. 42. jun. 2000, p. 62/63.

MAURO, Adalgiza Paula Oliveira. Direitos individuais e coletivos. Novos direitos, novos conflitos e a busca do efetivo acesso à justiça. Revista Nacional de Direito e Jurisprudência. São Paulo, n. 65, a. 6. maio 2005. p. 17.

MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais: teoria geral. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 39.

MOREIRA, Helena Delgado Ramos Fialho. Poder Judiciário no Brasil. Crise de Eficiência. Curitiba: Juruá, 2004.

NAVES, Nilson. Acesso à Justiça. Revista do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Brasília, n. 22, p. 5-7, jul./set. 2003.

_____. Direito e Tecnologias da Informação. Revista do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Brasília, n. 19, p. 6-8, out./dez. 2002.

PIOVESAN, Flávia. Por uma Justiça acessível, efetiva e democrática. Disponível em: Acesso em: <http://www.sintrafesc.org.br/artigos.php?pg=31> em 17 nov. 2006.

REBELO, José Henrique Guaracy. O Processo Civil e o Acesso à Justiça. Revista Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Brasília, n. 22, p. 5-7, jul./set. 2003.

SCHÄFER, Jairo Gilberto. A Informática e o Direito. As possibilidades reais de avanço. Revista Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Brasília, n. 17, p. 32-36, abr./jun. 2002.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. A justiça em números: indicadores estatísticos do Poder Judiciário – 2003. Disponível em: <http://www.stf.gov.br/seminario>. Acesso em: 17 nov. 2006.

TAVOLARO, Agostinho Toffoli. Justiça morosa ou injusta. Revista Jurídica Consulex, Brasília, n. 167, dez. 2003, p. 17.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. A formação do juiz contemporâneo. Disponível em: <http://www.cjf.gov.br/revista/numero4/artigo12.htm>. Acesso em : 01 maio 2007.

_____. A Reforma do Judiciário: Reflexões e prioridades. Revista Jurídica Consulex, v. 5, n. 112, set. 2001, p. 37-39

TESSLER, Marga Barth. A importância de modernizar a administração da Justiça. Revista do Trib. Reg. Fed. 4ª Reg. Porto Alegre, 2001, a. 12, n. 42, p. 13-86.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Celeridade e efetividade da prestação jurisdicional. Insuficiência da reforma das leis processuais. Revista de Processo. a. 30, n. 125. São Paulo: RT, jul. 2005.

_____. Curso de Direito Processual Civil. 41. edição. v. I. Rio de Janeiro: Forense.

Notas:

1. Artigo apresentado na disciplina de Questões Tecnológicas e Sociedade de Consumo como requisito parcial para a conclusão do Curso de Mestrado em Sociedades e Direito da PUC – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. – Linha de Pesquisa: Justiça, Democracia e Direitos Humanos. Projeto de Pesquisa: Política Judiciária e Administração da Justiça. Orientação: Professoras Cinthia Obladen de Almendra Freitas e Cláudia Maria Barbosa. Traduzido para o espanhol com o título: Herramientas Tecnológicas para mejorar la administración de la justicia brasileña. Selecionado para ser apresentado no V Seminario Internacional de Gestión Judicial Herramientas modernas para el mejoramiento de la gestión judicial – Lima, Peru – 10 e 11 de outubro de 2007.

2. BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
3. Durante o período da ditadura o acesso à justiça sofreu grandes restrições: o art. 150, § 4º, da CF de 1967, que garantia o amplo direito de ação contra lesão a direito individual, foi frontalmente violado pelo Ato Institucional nº 5, tendo sido excluídos da apreciação do Poder Judiciário os atos praticados com base no art. 5º, inc. IV, do AI nº 5.
4. O ideal de liberdade corresponde à primeira geração dos direitos fundamentais. Tem relação com uma prestação negativa, um não-fazer do Estado em prol do cidadão. O ideal de igualdade corresponde à segunda geração dos direitos fundamentais. Corresponde a uma prestação positiva, um fazer do Estado em prol dos menos favorecidos pela ordem social e econômica. O ideal de fraternidade corresponde à terceira geração dos direitos fundamentais, ou seja, a outras modalidades de direitos decorrentes de uma sociedade de massa, surgida em razão dos processos de industrialização e urbanização, tais como desenvolvimento, paz, meio ambiente, saúde, educação pública, proteção ao consumidor, à infância e à juventude, ao idoso e ao deficiente físico.
5. De acordo com a pesquisa realizada no Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, apurou-se que o número de feitos ajuizados no ano de 2000 foi superior em 135% ao total ajuizado em 1990.
6. FARIA, José Eduardo. Direito e justiça no século XXI. Texto apresentado no Seminário Direito e Justiça no Século XXI. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2003. p. 6.
7. Importante frisar que os recursos humanos em alguns órgãos do Poder Judiciário deixam a desejar tanto em termos de quantidade quanto no aspecto da qualificação de servidores.
8. Conforme consta na edição especial da revista Consulex nº 167, de dezembro de 2003, p. 17, em pesquisa promovida, os advogados indicaram como um dos principais problemas da Justiça a morosidade. Também foi promovida pesquisa entre os juízes em 1993 pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), tendo sido apontada a morosidade como um dos principais problemas do Judiciário.
9. Em 15 de dezembro de 2004 o Presidente da República, o Presidente do STF, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados firmaram o Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano

(http://www.mj.gov.br/reforma/pdf/publicacoes/Reforma_do_judiciario.pdf).

10. A partir da Reforma do Judiciário (EC nº 45/04), várias alterações foram feitas, por exemplo, no CPC, entre elas, pelas Leis nºs 1.187, de 19.10.2005; 11.232, de 22.12.2005; 11.276/06; 11.280/06, 11.382/06; 11.419/06 e 11.448/07.

11. A lei citada alterou o art. 154, § 2º, do CPC, de modo a permitir que todos os atos e termos do processo possam ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico.

12. A OAB propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn nº 3.880) no Supremo Tribunal Federal contra cinco artigos dessa lei, referentes à necessidade de credenciamento do advogado no órgão jurisdicional para o envio de petições e recursos pelo meio eletrônico, à intimação por e-mail e à substituição do diário de justiça impresso pelo eletrônico. Em relação à criação do Diário de Justiça online, em substituição ao impresso, a OAB fundamenta que o acesso dos advogados à Internet é baixo, o que comprometeria a publicidade dos atos processuais, assegurada pela Constituição.

13. A lei acrescentou o parágrafo único no art. 164 do CPC, prevendo que a assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente.

14. A Justiça Federal da 4ª Região é pioneira na instalação do processo eletrônico/e-proc, por meio da Resolução nº 13, de 11 de março de 2004, da Presidência do TRF4ªR, que autorizou a implantação do processo eletrônico nos Juizados Especiais Federais da 4ª Região, nas Turmas Recursais dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e na Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.

15. Vista ou entrega de autos, registro de audiências etc.

16. Decisões, sentenças e acórdãos, por exemplo.

17. Na justiça federal da 4ª Região o inteiro teor dos atos processuais do juiz e da secretaria é armazenado no GEDPRO, ficando disponível para consulta interna. Além disso, os atos em inteiro teor são colocados à disposição do advogado, partes e para qualquer pessoa, na Internet, quando do acesso à consulta do andamento processual.

18. O TRF4ªR já adotou o sistema de assinatura digital em todos os seus acórdãos.

19. Conforme informações colhidas no sítio <http://idortrj.org.br/cert/>

certificacao.htm – acessado em 23 maio 2007.

20. Definição extraída do sítio http://www.caixa.gov.br/seguranca/certificacao_digital.asp – acessado em 24 maio 2007.

21. ICP é a sigla no Brasil para PKI - Public Key Infrastructure -, um conjunto de técnicas, práticas e procedimentos elaborado para suportar um sistema criptográfico com base em certificados digitais.

22. O Decreto nº 3.996, de 31.10.2001, dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal, alterado pelo Decreto nº 4.414, de 07.10.2002.

23. Essa entidade é a primeira autoridade da cadeia de certificação e tem a competência de emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das AC de nível imediatamente subsequente ao seu, gerenciar a lista de certificados emitidos, revogados e vencidos e executar atividades de fiscalização e auditoria das AC e das AR e dos prestadores de serviço habilitados na ICP, em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela autoridade gestora de políticas. A AC Raiz não pode emitir certificados para o usuário final.

24. Entidades credenciadas para emitir certificados digitais vinculando pares de chaves criptográficas ao respectivo titular, às quais compete emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados, bem como colocar à disposição dos usuários listas de certificados revogados e outras informações pertinentes e manter registro de suas operações. O par de chaves criptográficas será gerado sempre pelo próprio titular e sua chave privada de assinatura será de seu exclusivo controle, uso e conhecimento.

25. Entidades operacionalmente vinculadas a determinada AC, as quais compete identificar e cadastrar usuários na presença destes, encaminhar solicitações de certificados às AC e manter registros de suas operações.

26. Disponível em: http://www.cnj.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2663&Itemid=251 Acesso em: 25 maio 2007.

27. Em vários órgãos judiciais já havia terminais de auto-atendimento para consulta processual, para a impressão de um resumo informativo da situação atual do processo; a informatização também contribuiu para imprimir maior celeridade na prática de atos

processuais (sentenças, decisões, despachos, mandados etc.), proporcionando armazenamento e padronização.

28. União, Estados e Municípios e respectivas autarquias e fundações.

29. Para fins de controle do conteúdo do sistema de intimação e notificação eletrônicas, o Tribunal manterá registro de todas as intimações e notificações já realizadas, pelo prazo de um ano.

30. Aqueles que não se cadastrarem no sistema continuarão a ser intimados e notificados pelo meio usual adotado em cada Secretaria.

31. As informações não produzem efeitos legais, ou seja, somente é válida a publicação no Diário da Justiça (eletrônico, inclusive, se houver), para fins de contagem dos prazos.

32. O art. 202, § 3º, do CPC, com a redação dada pela lei comentada, prevê que nessa hipótese, obviamente, a assinatura do juiz deverá ser eletrônica.

33. No âmbito da Justiça Federal da 4ª Região a comunicação entre seus órgãos é feita pelo SISCOP – Sistema de Comunicação Eletrônica, através da intranet.

34. A lei acrescentou o parágrafo único no art. 164 do CPC, prevendo que a assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente.

35. Medida Provisória nº 2.200/2001.

36. Observa-se, no entanto, que a Resolução nº 70, de 25.10.2006, já havia criado o Diário da Justiça Eletrônico no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região, ou seja, antes da Lei nº 11.419/2006. A partir de 30.11.2006 as publicações passaram a ser feitas apenas na forma eletrônica.

37. Geralmente em processos de execução de título judicial ou extrajudicial, a fim de serem encontrados bens para garantir o crédito.

38. Disponível em:
<http://intranet.jfpr.gov.br/institucional/convenios/infojud.php> –
Acesso em: 27 maio 2007.

39. Até o dia 27 de setembro de 2006 já haviam sido registrados 181 acessos pelos 114 usuários cadastrados (sendo 110 juízes federais e quatro servidores).

40. <http://www.bacen.gov.br/Fis/pedjud/banner/novoSistema.htm>
– Acesso em: 10 jun. 2007.

41. <http://www.bcb.gov.br/?BCJUDINTRO>

42. Inclusive, o STJ tem entendido que é cabível, em ação que tenha por objeto a obrigação de fornecer medicamentos, medidas executivas assecuratórias do cumprimento de decisão judicial antecipatória dos efeitos da tutela proferida em desfavor de ente estatal (União, Estado ou Município), que resultem no bloqueio ou seqüestro de verbas deste depositadas em conta-corrente (STJ - REsp 746.781-RS, Rel. originário Min. Teori Albino Zavascki, Rel. para acórdão Min. Luiz Fux, DJU 22.05.2006; STJ - AgRg no Resp 888325/RS - Rel. Min. Luiz Fux - 1ª Turma - DJU 15.03.2007 - p. 230).

43. Mediante utilização exclusiva do software aprovado pelo Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no Processo Administrativo nº 02.00.00073-0.

44. Disponível em:
<http://www.trf4.gov.br/trf4/institucional/institucional.php?no=164>
- Acesso em: 28 maio 2007.

45. A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é uma requisição de pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública, que não se submete à sistemática de pagamento por precatório. Considera-se RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a: a) sessenta salários mínimos, se a devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259/2001); b) quarenta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (ADCT, art. 87); c) trinta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda Municipal (ADCT, art. 87).

Referência bibliográfica: (de acordo com a NBR 6023: 2002/ABNT):
Ponciano, Vera Lúcia Feil. Ferramentas tecnológicas e modernização da administração da justiça . Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n.20, out. 2007. Disponível em: